

Cultura cívica e esfera pública: estudo comparado de conversação política nos portais VotenaWeb e ISideWith

[Civic culture and public sphere: comparative study on the conversation in the VotenaWeb and ISideWith portals]

Danilo Rothberg

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)
[São Paulo State University]

Pedro Luis Bueno Berti

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)
[São Paulo State University]

R E V I S T A
com **política**

revista compolítica

2019, vol. 9(2)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2019.9.2.227

 Open Access Journal

Resumo

A pesquisa apresentada neste artigo foi realizada com o objetivo de conhecer, em perspectiva comparada, a qualidade da conversação online em dois ambientes digitais deliberativos, em países diferentes: os portais VotenaWeb.com.br (Brasil) e ISideWith.com (Estados Unidos), que têm o potencial de incentivar a aproximação entre o público em geral e as instituições políticas formais, ao permitirem a expressão de opiniões sobre projetos de lei e temas legislativos em geral através de votos simbólicos. No total, foram coletados e analisados 30.192 comentários. A análise de conteúdo foi realizada em cinco categorias construídas com base na literatura especializada, a saber: justificção; reciprocidade; reflexividade; respeito; informação. Os resultados indicam similaridades notáveis entre os dois ambientes estudados, mas também diferenças importantes, que podem estar ancoradas em características culturais.

Palavras-chave: cidadania, esfera pública, conversação online.

Abstract

The research presented in this article was carried out with the goal of investigating, from a comparative perspective, the quality of the online conversation in two deliberative digital environments, in different countries: the web portals VotenaWeb.com.br (Brazil) and ISideWith.com (United States), which have the potential of encouraging relations of proximity between the general public and formal political institutions, allowing the expression of opinions on bills and legislative matters in general through symbolic votes. In total, 30.192 comments were collected and analyzed. Content analysis was performed in five categories, based on literature, namely: justification; reciprocity; reflexivity; respect; and information. The results indicate remarkable similarities between the two environments studied, but also important differences, which might be anchored in cultural characteristics.

Keywords: citizenship, public sphere, online conversation

Cultura cívica e esfera pública: estudo comparado de conversação política nos portais VotenaWeb e ISideWith

Danilo ROTHBERG
Pedro Luis Bueno BERTI

Da literatura especializada indica que a política democrática tende a ser expandida quando os cidadãos formulam, expressam e trocam opiniões por meio de oportunidades adequadas de conversação pública, o que inclusive os tornaria mais aptos à participação em instâncias de democracia deliberativa (BOHMAN, 1998; CALHOUN, 1992; YOUNG, 1996; COHEN, 1997; AVRITZER, 2008). E, à medida que as tecnologias de informação e comunicação passaram a ser exploradas como meio potencial de ampliação dos espaços de conversação, as características da comunicação em plataformas digitais começaram a ser investigadas como possível indicador de aprofundamento democrático.

Os estudos têm examinado diversas realizações na área, incluindo esferas deliberativas formais construídas por governos e instâncias informais como fóruns online, redes sociais e portais de conversação em torno de projetos de lei, abrangendo também casos empíricos brasileiros (SAMPAIO; MAIA; MARQUES, 2010; SAMPAIO; BARROS, 2010; MENDONÇA; PEREIRA, 2011; MITOZO; MASSUCHIN; CARVALHO, 2017). Alguns estudos ainda buscam explicar diferenças de desempenho entre plataformas de conversação online, apontando diferenças de design e fontes de informação para fundamentar o debate como possíveis razões (WITSCHGE, 2004; JANSSEN; KIES, 2004; WRIGHT; STREET, 2007; KELLY; FISHER; SMITH, 2009; MAIA et al, 2015; MAIA; REZENDE, 2016).

Com frequência, entre as conclusões das pesquisas está a perspectiva de que o potencial da internet para o aprofundamento democrático enfrenta obstáculos. As tecnologias digitais, embora sejam capazes de romper barreiras espaço-temporais, tendem a reforçar disparidades sociais, econômicas e culturais já arraigadas na estrutura política das sociedades, assim como podem ampliar o fosso entre diferentes capacidades e habilidades de utilização da internet (NORRIS, 2001; POLAT, 2005; DAHLGREN, 2005; DAHLBERG, 2011).

As divergências sobre as potencialidades da rede para a afirmação da democracia colocam a necessidade de mais estudos que indiquem quais realizações de conversação online têm trazido oportunidades relevantes para o escrutínio democrático de processos políticos, especialmente sobre assuntos complexos como projetos de lei e políticas discutidas nos parlamentos. Em particular, raramente são examinadas em perspectiva comparada as características de culturas políticas nacionais que podem impactar a dinâmica da troca pública de opiniões em fóruns e plataformas online.

O estudo descrito neste artigo explora tal lacuna¹. Considerando as particularidades nacionais de instituições políticas e variações culturais em que determinadas iniciativas de conversação online estão inseridas, acreditamos que é possível trazer uma contribuição ao avanço do conhecimento sobre fatores capazes de incentivar ou inibir o aprimoramento da qualidade da circulação de ideias em espaços virtuais. Ainda que uma escala definitiva de critérios de análise da qualidade da conversação online dificilmente possa ser alcançada, existe razoável consenso na literatura sobre qualidades desejáveis à troca de opiniões, como respeito, inclusão, reciprocidade, reflexividade e apresentação de informações confiáveis para justificar opiniões (HABERMAS, 1997; FUNG, 2004; DRYZEK, 2008).

Nossa pesquisa foi realizada com o objetivo de conhecer, em perspectiva comparada, a qualidade da conversação online em dois ambientes digitais deliberativos, em países diferentes: os portais Votenaweb.com.br (Brasil) e ISideWith.com (Estados Unidos), que têm o potencial de incentivar a aproximação entre o público em geral e as instituições políticas formais ao permitirem a expressão de comentários diversos e posicionamentos de aprovação ou reprovação em torno de projetos de lei em tramitação nos respectivos parlamentos nacionais e temas sujeitos à regulação legislativa através de votos simbólicos, contabilizados e disponibilizados automaticamente para imediata visualização pública.

Os resultados indicam similaridades notáveis entre os dois ambientes estudados, mas também diferenças importantes, que podem estar ancoradas em características de cultura

¹ Este estudo foi realizado em dissertação de mestrado intitulada “Comunicação e democracia digital: estudo comparativo da conversação nos portais VotenaWeb e ISsideWith”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista, no ano de 2017, pelo segundo autor deste texto, com a orientação do primeiro autor.

cívica, considerada no estudo como ângulo de análise dos fatores que podem intervir na qualidade da conversação online, em uma perspectiva que pode ser situada entre outras possíveis explicações, que não exploramos em razão do desenho da pesquisa.

Limitações de tempo e recursos humanos determinaram que o recorte do corpus de pesquisa fosse centrado na conversação exibida no período de 12 meses (05/2016 a 04/2017) em torno dos três projetos de lei das áreas de trabalho, saúde, segurança e educação mais comentados em ambos os portais. Estas áreas foram selecionadas por possuírem o maior número de projetos relacionados em cada portal.

Todos os comentários relativos aos projetos selecionados postados no período selecionado integraram o corpus de pesquisa, desta forma: do portal VotenaWeb foram coletados e analisados 26.664 comentários, e do portal ISideWith, 3.528 comentários².

Os comentários foram classificados em cinco categorias de análise da conversação online, utilizadas usualmente na pesquisa sobre a dimensão deliberativa da comunicação (MARQUES, 2011; SAMPAIO, BARROS; MORAIS, 2012). Cada categoria comporta possibilidades de classificação conforme a literatura especializada, que adaptamos para a presente pesquisa em função das características do corpus de análise, desta forma:

1) Justificação: verifica a natureza da fundamentação do comentário individual, conforme três possibilidades: (a) opiniões apresentadas como decorrentes de impressões e experiências pessoais; (b) opiniões que citem explicitamente valores morais e religiosos relacionados a juízos de certo ou errado, bem ou mal, justo ou injusto etc; (c) opiniões que citem fontes externas, como institutos de pesquisa, blogs independentes, matérias jornalísticas, mídias industriais em geral ou autoridades externas (governantes, especialistas, leis etc), classificados separadamente na categoria '5' abaixo.

2) Reciprocidade: verifica a existência ou não de referência explícita às opiniões de outros participantes, conforme duas possibilidades: (a) discurso monológico, no caso de ausência

² Os dados e os relatórios de codificação estão disponíveis sob demanda. Solicitações devem ser encaminhadas aos autores.

de reciprocidade identificada como referência explícita a outros comentários; (b) discurso dialógico, quando existe referência explícita a outros comentários.

3) Reflexividade: verifica a ocorrência de uma perspectiva mais ampla de argumentação, em que uma ou mais opiniões alheias explicitadas na conversação são incorporadas ao se formular o próprio julgamento, segundo duas possibilidades: (a) existência de reflexividade; (b) inexistência de reflexividade.

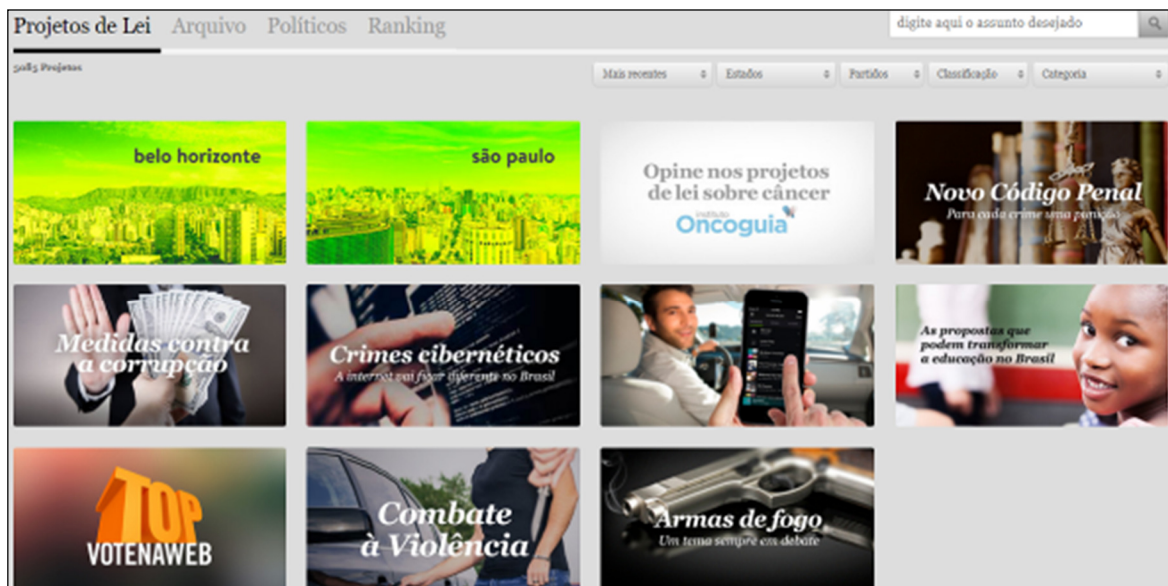
4) Respeito: verifica em que medida existe consideração para com as ideias discordantes nos comentários, conforme duas possibilidades: (a) existência de busca por entendimento comum, apesar de divergências aparentes; (b) inexistência de busca de entendimento mútuo.

5) Informação: verifica a existência de informações citadas por comentários, em quatro possibilidades, nas quais as informações são explicitamente atribuídas pelos comentários a determinadas fontes: (a) institutos de pesquisa; (b) blogs independentes; (c) matérias jornalísticas e mídias industriais em geral; (d) autoridades externas (governantes, especialistas, leis etc).

As análises de conteúdo foram realizadas por meio de codificação manual pelo segundo autor, financiado por agência de fomento com bolsa de mestrado, com a supervisão do primeiro autor, em uma etapa da pesquisa que consumiu mais de 1,5 mil horas de trabalho em 12 meses. Planilhas eletrônicas foram utilizadas para tabulação. Apesar do elevado número de comentários encontrados no corpus (30.192), uma observação exploratória inicial indicou que o uso de softwares não produziria os resultados esperados, decisão metodológica que pode ser corroborada pelas indicações da literatura especializada (FONSECA JÚNIOR, 2009; BARDIN, 2010; KRIPPENDORFF, 2013; NUNES et al, 2017). Os comentários analisados possuem, em média, de 1 a 10 linhas. O tempo médio de análise requerido para codificação de cada um deles no conjunto das cinco categorias acima descritas foi de três minutos.

O portal brasileiro VoteNaWeb (www.votenaweb.com.br) foi criado em 2009 e se define como “um site de engajamento cívico partidário que apresenta, de forma simples e resumida, os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional” (VOTENAWEB, 2015).

Figura 1. Reprodução da página inicial do portal VotenaWeb acessada em 04/11/2017

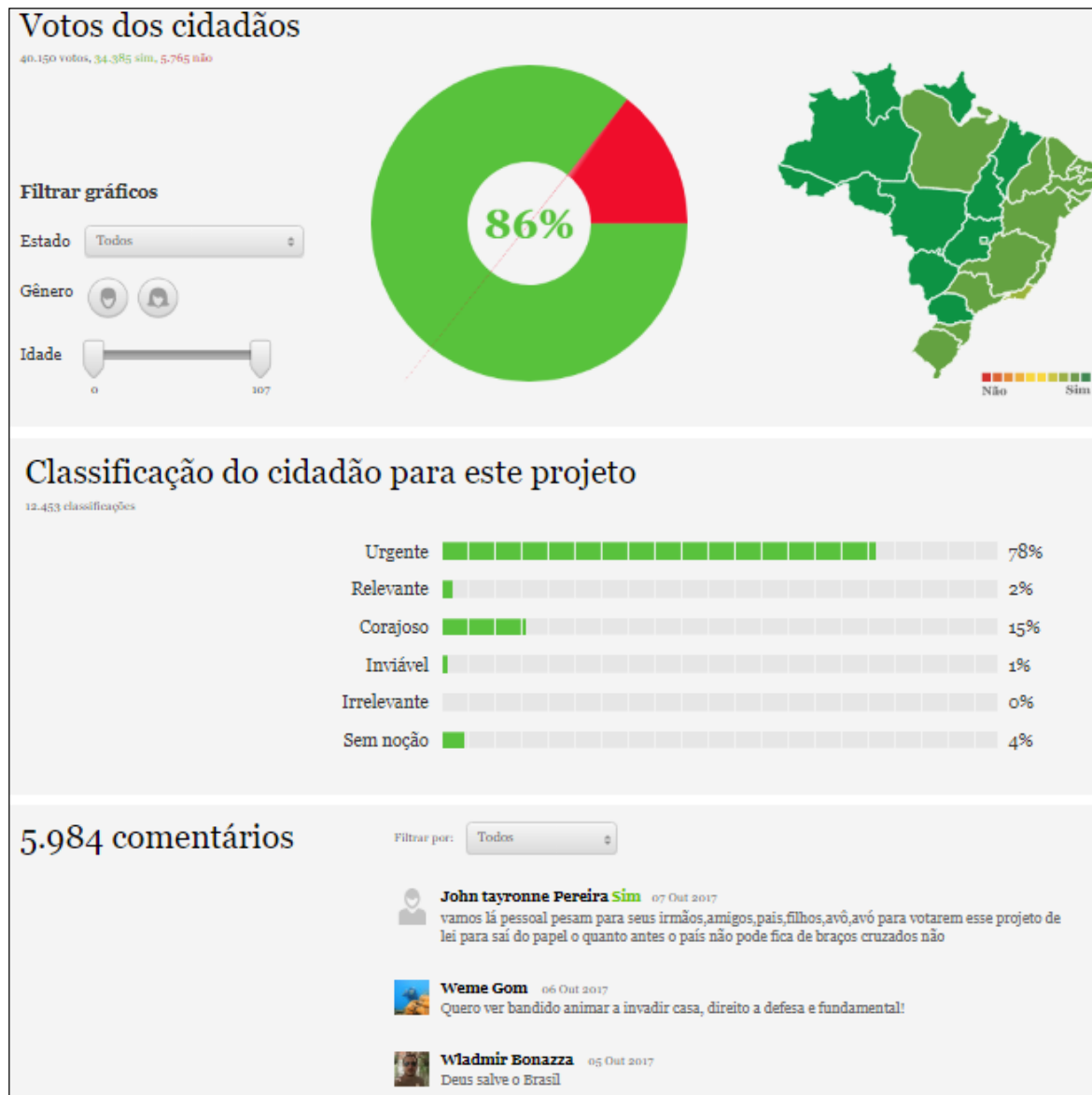


Fonte: www.votenaweb.com.br

Em sua versão disponível em novembro de 2017, a página inicial do VotenaWeb (Figura 1) possui quatro seções acessadas pelo menu superior esquerdo: projeto de lei, arquivo, políticos e ranking. A primeira abriga propostas em votação no Congresso Nacional, apresentadas em breves textos redigidos pela equipe do portal; a segunda lista projetos aprovados e rejeitados pelo Congresso Nacional, também com textos redigidos pela equipe do portal, mas incluindo links para informações dos projetos hospedadas nos portais da Câmara dos Deputados e Senado Federal; a terceira ordena os projetos disponíveis nas seções anteriores pelos respectivos autores; e a quarta apresenta um ranking em que mandatários são classificados pela aceitação de seus projetos entre os usuários.

Segundo o portal (VOTENAWEB, 2015), estavam cadastradas no site mais de 380 mil pessoas, que podem ter comentado mais de 4 mil projetos legislativos propostos desde a sua criação (Figura 2).

Figura 2. Reprodução da página de votação dos usuários sobre projeto de lei no portal VotenaWeb acessada em 04/11/2017



Fonte: www.votena.com.br

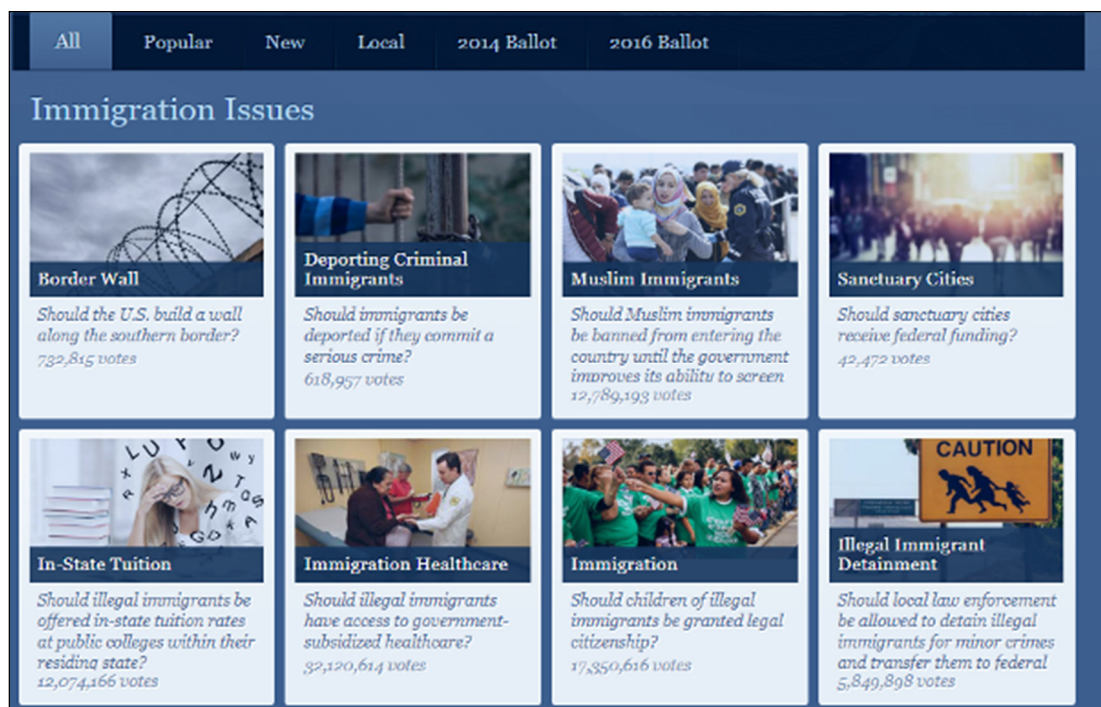
Na parte superior direita de sua página inicial, o VotenaWeb oferece uma ferramenta de busca por meio da qual os projetos de lei podem ser selecionados de acordo com cinco filtros: o primeiro comporta cinco opções de busca (mais recentes, apenas do Senado, apenas da Câmara, mais polêmicos, mais votados e mais comentados); o segundo organiza a busca por origem das 27 unidades federativas; o terceiro, conforme os partidos com representação no

Congresso; o quarto, conforme seis opções de busca (urgente, relevante, corajoso, inviável, irrelevante, e sem noção); o quinto, conforme 22 categorias temáticas, como ambiente, cidades e energia.

O portal ISideWith (www.isidewith.com) foi criado em 2012 e se define como contribuição para “construir novas maneiras de impulsionar a educação e o engajamento dos eleitores utilizando informações, dados e tecnologias inovadoras” (ISIDEWITH, 2016). O portal também possui versões na Austrália, Canadá, Reino Unido, Espanha e Índia. Apenas a versão dos Estados Unidos foi analisada na presente pesquisa.

Na versão do portal ISideWith disponível em novembro de 2017, o menu superior possui seis seções que agrupam as questões legislativas conforme popularidade, mais recentes, local de origem e projetos de lei provenientes de iniciativas populares, referendos ou proposições feitas pelo poder legislativo federal para consulta pública, nos anos 2014 e 2016 (Figura 3).

Figura 3. Reprodução da página inicial do portal ISideWith acessada em 04/11/2017



Fonte: www.isidewith.com

No centro da página inicial do portal ISideWith, os projetos e temas legislativos selecionados pela equipe do portal estão dispostos em hiperlinks internos, contendo uma pergunta sucinta sobre um projeto de lei ou simplesmente um tema sujeito à regulação legislativa, em texto redigido pela equipe do portal. Ou seja, ao contrário do VotenaWeb, no ISideWith as questões propostas ao público não precisam estar atadas a projetos de lei em tramitação parlamentar.

A Figura 4 exibe um exemplo de como as informações são disponibilizadas pelo portal ISideWith sobre as questões legislativas. São apresentados a pergunta sobre o tema legislativo em discussão e os dados referentes ao total de votos até o momento.

Figura 4. Reprodução de página com apresentação de questão legislativa no portal ISideWith acessada em 04/11/2017



Fonte: www.isidewith.com

Há ao menos dois diferenciais importantes do ISideWith em relação ao VotenaWeb. O primeiro é, conforme a Figura 4, a possibilidade de visualizar no ISideWith os votos simbólicos por filtros mais específicos – Estado, cidade, partido, etnia, renda e educação dos usuários. O segundo é a apresentação, pelo portal estadunidense, de informações, em textos editados pela equipe do portal, referentes à questão proposta que buscam uma contextualização com trechos de links para dados, estatísticas, legislações vigentes, complementares ou antagônicas, sobre o assunto, além de disponibilizar notícias e material midiático em hiperlinks externos (Figura 5).

Figura 5. Reprodução de página com apresentação de informações de contexto social, econômico e político no portal ISideWith acessada em 04/11/2017



Learn more about Gun Control

The 2012 Sandy Hook Elementary School shootings caused several states and cities to pass strict gun control measures. In response, state lawmakers in gun friendly states in the South and West passed bills that would strengthen Stand Your Ground laws and allow weapons in most public places. In 2014, 21 states passed laws that expanded the rights of gun owners allowing them to possess firearms in churches, bars, schools and college campuses. The federal government has not passed any gun control measures since the 1994 Brady Bill and 42 states now allow the possession of assault rifles. In the U.S. two-thirds of all gun deaths are suicides and in 2010 there were 19,000 firearm suicides and 11,000 firearm homicides. [See recent gun control news](#)

More stances on this issue

Require all able bodied citizens to own and train with weapons for self-defense.
4 years ago from a Republican in Ellicott City, MD

NO, increase prosecution and penalties for crimes committed by the bad guys and not the people who use guns to protect themselves and their families (or other innocent people) from the bad guys. All STATES should have stand your ground and castle doctrine...
4 years ago from a Republican in Cape Coral, FL

I do not support increased gun control. We have plenty of laws now that guide how our lives should be lead in our society. It is a problem that a very few individuals decided not to follow our existing laws and did bad things. It is not the gun that is...
4 years ago from a Republican in Denver, CO

Fonte: www.isidewith.com

Para postar comentários, os usuários do ISideWith devem se cadastrar por meio de conta pessoal ou contas no Facebook, Google, Twitter, Yahoo, Tumblr, Microsoft, LinkedIn e Aol. Em contraste, o portal VotenaWeb exige cadastro por meio de conta pessoal, Facebook ou Google. Ambos os portais possuem moderação reativa, ou seja, os comentários são

publicados sem análise prévia e podem ser excluídos ou editados pela equipe de gestão do portal somente no caso de denúncias de usuários. Ambos se declaram sem vínculos com partidos políticos ou entidades de classe e solicitam, publicamente, doações para sua manutenção ou publicizam o apoio de entidades sociais.

No percurso deste artigo, em primeiro lugar são apresentadas brevemente teorizações fundamentais nas quais o estudo comparativo das duas plataformas digitais de conversação se baseou. Em segundo lugar, seus principais resultados são descritos e discutidos à luz da literatura. Por fim, conclusões indicam a contribuição da pesquisa para a compreensão de características da conversação online em linha com aspectos culturais de caráter nacional, e diante dos limites do estudo sugerem direções para pesquisas futuras.

Teorizações fundamentais

A esfera pública democrática inclui uma variedade de modos de interação social que os indivíduos experimentam no exercício de sua cidadania. A troca recíproca de ideias e informações em espaços apropriados favorece a percepção do papel atribuído aos cidadãos no funcionamento do processo político, que vai do reconhecimento dos problemas sociais que afetam a vida pública ao debate das possíveis alternativas para solucioná-los, passando pela avaliação dos serviços públicos prestados, o que exige transparência de gestão e disponibilidade de informação em todos os níveis de governo (KELLNER, 2014; SMITH; BRASSETT, 2008).

A formação da esfera pública requer a ação comunicativa de indivíduos que se engajem coletivamente em conversações acerca de questões políticas, culturais, sociais e econômicas relevantes, gerando um cenário que vá além da mera acumulação de ideias pessoais, de modo a exibir visões amadurecidas por meio de um percurso de reflexão, deliberação e negociação cooperativa entre os diversos pontos de vista (HABERMAS, 1997).

Para Habermas (1997), a esfera pública requer uma forma específica de agir comunicativo, no qual a posição tomada por um indivíduo leve em conta os atos de fala dos demais parceiros de conversação, assumindo um caráter imperativo de compromisso locucional

entre as partes. Habermas (1989) entende como compromisso locucional o esforço empregado pelos indivíduos participantes da esfera pública para obtenção de um entendimento mútuo nos processos que exigem a interpenetração de expectativas, convicções, intenções e valorações, orientados não somente por pretensões de validade discursiva, quando os argumentos do falante são racionalmente justificados, mas também por pretensões de garantia no cumprimento do compromisso assumido, quando o falante busca apresentar sinceridade em sua manifestação.

O discurso orientado ao entendimento mútuo não prescinde da adoção de um ideal ético de participação segundo o qual cada participante deve estar aberto à compreensão dos alicerces do debate e dos fatores mobilizados pelos outros para fundamentar suas opiniões, no contexto de limites e possibilidades da própria política. A esfera pública é o lugar em que os indivíduos expõem as suas diferenças, uma vez que em suas vidas privadas eles tendem a se associar com pessoas que compartilham perspectivas e valores similares aos seus, enquanto na vida pública essa associação nem sempre é viável. De acordo com Boyle (1992, p. 352), “isso conduz ao reconhecimento da ambiguidade moral da política, a consciência de que nós não podemos simplesmente impor nossos valores” sobre os outros.

A realização da esfera pública assume forte conteúdo normativo. Os participantes devem estar dispostos a reconhecer como válida qualquer pretensão individual que se converta em discurso e argumento racional, precisam estar abertos a réplicas, envolver-se na busca de visibilidade de suas ideias e aceitar que qualquer um pode intervir no debate, livre de barreiras e constrangimentos (GOMES, 1999). Persiste neste contexto a ideia central de razão pública entendida como “a necessidade de que decisões legítimas sejam aquelas que ‘todos possam aceitar’ ou ao menos que não seja possível ‘rejeitar razoavelmente’” (Bohman, 1998, p. 401).

A promessa democrática de ampliação crescente dos meios de participação dos cidadãos nas questões políticas discutidas na esfera pública ganhou impulso com o advento dos ambientes virtuais de interação, por trazerem vantagens como a possibilidade de discussões assíncronas.

Mas há ceticismo em relação às potencialidades de participação, deliberação política e vigilância institucional trazidas pela internet. Os ciberpessimistas desconfiam de que as novas tecnologias digitais contribuiriam para agravar disparidades sociais, econômicas e culturais já arraigadas na estrutura política das sociedades, assim como reforçariam diferentes capacidades e habilidades (NORRIS, 2001).

Além disso, como advertem Janssen e Kies (2004, p. 3), “a comunicação online tem suas próprias regras de gramática, ortografia e sintaxe que tendem a torná-la mais similar à comunicação oral do que à comunicação escrita”, o que ainda pode comprometer a articulação necessária à apresentação de argumentos baseados em informações externas. A dificuldade de participar com elaborações substantivas resultaria também do fato de que, segundo Norris (2011, p. 145), “muitos cidadãos carecem de convicções significativas e preferências duradouras a respeito de muitos fatos políticos básicos, mesmo sobre tópicos de políticas públicas que tem sido objeto de intenso debate entre as elites”.

Os cétricos ainda são sustentados por evidências empíricas que indicam que a “tolerância e o respeito diante dos pontos de vista diferenciados – os quais só se concretizam por meio da ação de se colocar no lugar do outro (ideal role taking) – são dificilmente alcançados”, segundo a revisão da literatura empreendida por Marques (2011, p. 23), em função da “predominância da tentativa de convencimento por meio da retórica, da desvalorização e descrédito atribuídos ao ponto de vista alheio, e da tendência ao reforço de opiniões em grupos homogêneos” (p. 23).

Poderia, no entanto, haver condições mais ou menos favoráveis à esfera pública. Segundo Maia et al. (2015), estudos de conversação online sugerem que, em ambientes nos quais o respeito e a diversidade de opiniões e posições políticas sejam valores observados, existe incentivo para o engajamento discursivo, com a exposição de argumentos mais bem elaborados, que incluiriam a apresentação de evidências mais convincentes, como citação de fontes externas para justificar opiniões. Os aspectos de reflexividade e respeito existentes em ambientes de conversação compõem e determinam a dimensão de civilidade do debate, que diz respeito não apenas ao conhecimento sobre o que os outros pensam, mas também sobre as razões que os levaram a pensar de tal forma (PRICE; CAPPELLA; NIR, 2002).

Contudo, a relação entre respeito e qualidade da conversação é controversa. Conforme destacam Maia e Rezende (2016), em estudo sobre a característica da conversação em redes sociais, a associação entre uma atitude respeitosa e o uso de justificativas mais bem elaboradas não indica necessariamente um encadeamento causal, mas antes correlativo. De acordo com os resultados obtidos no estudo, um número significativo de comentários que utilizaram linguagem desrespeitosa apresentou justificativas que transcendiam o mero aspecto ofensivo da conversação, de modo que “em discussões acaloradas com clivagens transversais — no caso, afirmações conflitantes de identidade, comportamentos repulsivos e demandas grupais — os participantes podem usar ataques verbais e vulgaridade e ainda justificar suas opiniões e preferências” (MAIA; REZENDE, 2016, p. 134).

Segundo Dahlberg (2011), um número crescente de pesquisas tem estudado a qualidade das discussões em espaços online, identificando fatores que facilitam ou impedem a conversação e apontando meios ao seu aperfeiçoamento, que incluem sistemas de moderação ativa. No entanto, tais sistemas possuem custos elevados de implementação e manutenção, de forma que muitas plataformas de conversação, incluindo aquelas examinadas em nossa pesquisa, adotam apenas moderação sensível a denúncias de usuários (reativa). Este cenário pode ser positivo por proporcionar liberdade aos participantes, um dos critérios desejáveis conforme a literatura (MARQUES, 2011), mas também pode ser negativo conforme estudos que indicam, como potenciais vítimas da liberdade, a coerência do debate e o respeito para com opiniões discordantes (STRANDBERG, 2015).

Finalmente, é relevante indicar como a qualidade da esfera pública pode ser influenciada pelas especificidades da cultura política de bases nacionais, compreendida como sistemas de crenças nos quais papéis cívicos são delineados, assim como expectativas de participação política, incluindo atitudes de vigilância e monitoramento a serem exercidas pelo cidadão informado sobre os governos e a gestão pública (SARTORI, 1969; SCHUDSON, 1999). Não se ignoram, neste percurso, as dificuldades de definição do que vem a ser cultura e engajamento cívico em diferentes partes do planeta, tema comum na literatura desde Almond e Verba (1963) e explorado empiricamente em corpus de nacionalidades, faixas etárias e estratificações variadas, e em correlação com outras variáveis (ADLER; GOGGIN, 2005;

FRIEDLAND, 2007). No entanto, apesar das limitações de espaço e do escopo deste artigo, a exposição de seu argumento exige uma conceituação mínima.

No cenário brasileiro contemporâneo, a cultura política é marcada pelo processo de redemocratização do país, com uma nova Constituição que incorpora ideais firmados por pactos internacionais e restabelece a função de instituições e instâncias administrativas. Em revisão da literatura sobre o assunto, Baquero (2012, p. 86) aponta que elementos como “o clientelismo, o personalismo e a suposta incapacidade da sociedade em se mobilizar autonomamente para fiscalizar e modificar o processo político” constituem traços do caráter nacional que perdura no século 21. Preenchendo o vazio deixado pelo distanciamento do cidadão médio em relação à política, a tecnocracia teria sido o elemento catalisador do desenvolvimento econômico e político brasileiro. A arquitetura política do país teria sido estruturada a partir de um núcleo central, composto de órgãos técnicos e centros decisórios estatais, que apenas secundariamente se prolonga para o Parlamento, que por sua vez tenderia a empregar recursos para praticar clientelismo e favorecer interesses corporativos.

Diante do desequilíbrio na representação parlamentar, que tenderia a privilegiar o interesse daqueles poucos grupos que lhe dão sustentação, somado à disfunção em sua atividade, o Poder Legislativo desencadeia, com a expansão do Poder Executivo e a consolidação de um estamento burocrático que centraliza as decisões, o traço prevalecente na composição do Estado nacional. Segundo Baquero (2012), esse conjunto de fatores que teriam determinado a compleição do sistema político proporcionou o aparecimento de quatro aspectos de cultura política que caracterizam a sociabilidade brasileira: a fraca disposição para o autogoverno; a ausência de solidariedade comunitária; a apatia em relação à possibilidade e aos meios de transformação da própria realidade; e a preocupação em manter a posição alcançada e defender os próprios interesses.

Carvalho (1998, p. 14) também assinala a persistência de um imaginário nacional em que o cidadão tende a não se reconhecer como “ser civil e cívico” e “agente, individual ou coletivo, de mudanças sociais” (p. 14), além de não se ver “como responsável pelo que acontece no país não apenas porque não participa mas ainda por não se considerar cúmplice da ação de seus representantes, mesmo quando os elege” (p. 16).

Este quadro tem sido confrontado por literatura especializada recente que indica que a popularização da internet tem possibilitado a diversificação das formas de ativismo social, as quais podem contribuir para a construção de uma cultura política participativa como elemento catalisador de transformações da vida cívica brasileira. As tecnologias podem ser “percebidas como geradoras de novas possibilidades para o estabelecimento de vínculos sociais e, conseqüentemente, de ações coletivas diversas (de flash mobs até ações de crowdfunding)” (MENDONÇA, 2017, p. 131). Os novos ativismos seriam marcados pela redução de esquemas hierárquicos, pela ausência de lideranças convencionais e pelo desenvolvimento de novas formas de autoexpressão. No Brasil, tais fatores teriam contribuído para desencadear formas diferenciadas de engajamento, como nas Jornadas de Junho de 2013 e nos movimentos de ocupação de escolas de ensino médio. No entanto, estes fenômenos não foram contemplados dentro dos limites de nossa pesquisa, que preserva a centralidade das perspectivas baseadas em Baquero (2012) e Carvalho (1998) para explicar as dinâmicas da vida cívica brasileira.

Por outro lado, o imaginário social estadunidense seria povoado por representações simbólicas distintas sobre o papel da sociedade na política, como aquelas que se propagam a respeito da elaboração da Constituição do país em 1787 em uma convenção nacional, posteriormente “enviada aos estados para a aprovação do povo. Depois de intensa discussão diante da população, ela foi então adotada e adquiriu funcionamento prático” (MORRIS, 2007, p. 296).

O alegado espírito de engajamento cívico e soberania popular foi retratado, por exemplo, nos trabalhos de estadistas proeminentes do período como John Adams (1856, p. 16), que afirmara que o povo “deveria ser sempre consultado (...), deveria compreender as teorias dos escritores mais sábios e ser estimulado a empreender as suas iniciativas com as próprias mãos, sobre a base mais ampla”. Nesses escritos, transparecia a necessidade de um “povo inteligente, culto, bem-educado por oradores, panfletários, magistrados e pregadores, instruídos pelas discussões políticas de uma década, que tinha a oportunidade de edificar governos e fixar limites para os seus poderes por meio de preceitos legais” (McLAUGHLIN, 2001, p. 108).

A despeito de estudos sobre a formação da opinião pública indicando que a informação objetiva nem sempre tem grande serventia na definição do voto da maioria dos eleitores nos Estados Unidos, teria permanecido no imaginário político nacional daquele país a relevância dos papéis cívicos de vigilância e monitoramento a serem exercidos por cidadãos bem informados (CAMPBELL et al., 1976; LEWIS-BECK et al., 2008).

Esta breve comparação entre culturas cívicas nacionais não pretende endossar uma interpretação da hegemonia cultural estadunidense segundo a qual as tradições anglo-saxônicas de autogoverno alimentariam uma cultura política mais favorável à afirmação democrática, em oposição à cultura política sul-americana, alegadamente refratária ao republicanismo e afeita às ditaduras (AYERBE, 2002). Embora não falem autores para sustentar as supostas diferenças, nosso curto percurso não pretende subscrevê-las, o que exigiria um complexo debate teórico que está além dos limites deste artigo. O ponto aqui é apenas indicar a possível existência de distinções entre traços de imaginários nacionais que projetariam papéis cívicos diferentes, distribuídos em uma escala que vai da vigilância e fiscalização por cidadãos informados, na cultura estadunidense, à apatia social e indiferença em relação ao bem-estar coletivo, na cultura brasileira, disposições que afinal compõem às possíveis explicações para os diferentes cenários de conversação online detectados em nossa pesquisa.

Resultados e discussão

Do portal VotenaWeb foram coletados e analisados, no total, 26.664 comentários em torno dos seguintes projetos de lei:

- em Educação: 70/2015, que insere disciplinas obrigatórias na educação nacional (784 comentários); 193/2016, que institui o “Programa Escola sem Partido” (499); 445/2012, que concede isenção de imposto a professores (407).
- em Saúde: 882/2015, que institui o reconhecimento de direitos reprodutivos (8.653 comentários); 478/2007, que amplia a assistência à mulher vítima de estupro (1.808); 5069/2013, que amplia a criminalização do aborto (2.196).

- em Segurança: 753/2011, que agrava a pena para quem lida com balões que possam provocar incêndios (2.073 comentários); 3722/2012, que revoga o Estatuto do Desarmamento (5.691); 51/2013, que propõe a desmilitarização do modelo policial (2.351).
- em Trabalho: 6667/2013, que estabelece normas de proteção a empreendedores (859 comentários); 422/2014, que propõe a efetivação de pessoal que prestou serviços ao governo federal por ao menos 15 anos (686); 28/2015, que altera carreiras do Poder Judiciário (657).

Do portal estadunidense ISideWith, foram coletados e analisados ao todo 3.528 comentários em torno dos seguintes projetos ou temas sujeitos à regulação legislativa:

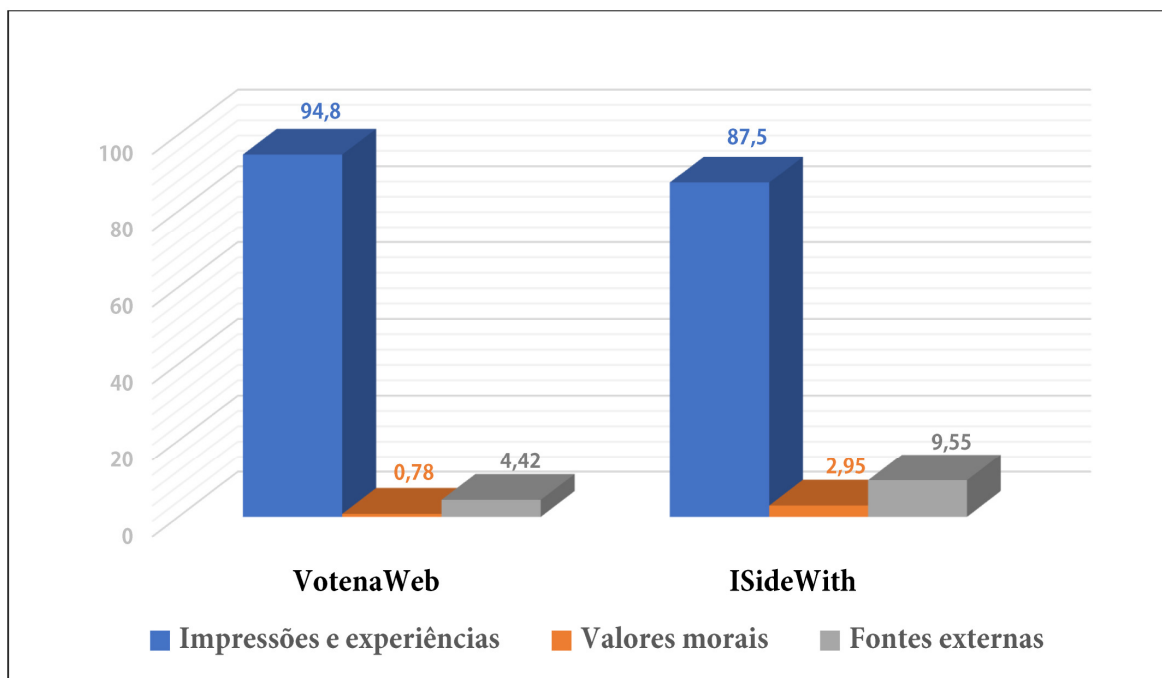
- em Education (Educação): 1434/2015, que altera as condições de refinanciamento de empréstimos no ensino superior (89 comentários); proposta de instituição de base curricular comum de inglês e matemática (50); propostas estaduais que permitem aos imigrantes ilegais terem acesso às universidades públicas em seus Estados (34).
- em Healthcare (Saúde): 3590/2009, que amplia a proteção e cuidado ao paciente (852 comentários); reconhecimento de direitos reprodutivos (739); permissão para consumo de maconha (400).
- em Domestic Policy (Segurança): controle de uso e aquisição de armas (789 comentários); manutenção da pena de morte (78); descriminalização das drogas (99).
- em Economic (Trabalho): 862/2015, que institui regras em busca de igualdade de gênero nos salários (179 comentários); 1737/2017, que aumenta o salário mínimo (122); aumento da idade para aposentaria (97).

Os resultados apontam que tanto os usuários brasileiros quanto estadunidenses fundamentaram seus comentários majoritariamente em impressões e experiências pessoais (categoria de justificação). Ambos mencionaram apenas esporadicamente fontes externas de informação, e raramente fizeram menções explícitas a valores morais ou religiosos. Mas há contrastes entre os portais que sugerem distinções relevantes.

Considerando as quatro áreas temáticas, o portal VotenaWeb apresentou um percentual maior de comentários baseados em impressões e experiências pessoais: do total de 26.664 comentários, 25.279 (94,80%) assim justificaram opiniões; 1.176 (4,42%) citaram fontes externas, como institutos de pesquisa, blogs independentes, matérias jornalísticas, mídias industriais em geral ou autoridades externas (governantes, especialistas, leis etc); 209 (0,78%) fundamentaram opiniões com menções explícitas a valores morais ou religiosos.

Considerando-se a média das quatro áreas temáticas, o portal ISideWith também apresentou majoritariamente comentários baseados em impressões e experiências pessoais. Do total de 3.528 comentários, 3.087 (87,50%) assim justificaram opiniões; 337 (9,55%) citaram fontes externas, como institutos de pesquisa, blogs independentes, matérias jornalísticas, mídias industriais em geral ou autoridades externas (governantes, especialistas, leis etc); e 104 (2,95%) fundamentaram opiniões com menções explícitas a valores morais ou religiosos, conforme indica o Gráfico 1.

Gráfico 1. Classificação dos comentários publicados nos portais VotenaWeb (votenaweb.com.br) e ISideWith (isidewith.com) na categoria de justificação



Fonte: elaboração própria

Embora seja difícil a construção de uma escala definitiva de mensuração da qualidade da conversação online, conforme já colocado aqui, há teorizações convincentes e evidências empíricas para sustentar a perspectiva de que o cenário ideal tende a ser aquele de discussões orientadas não apenas por critérios subjetivos baseados em impressões e experiências pessoais, cuja possibilidade de verificação limite-se ao próprio campo de vivências do emissor, mas também por dados, fontes externas confiáveis e leis, que estejam à disposição para apreciação de todos os participantes do debate (MAIA et al., 2015).

O volume majoritário de comentários baseados em impressões e experiências pessoais – fenômeno observado em ambos os portais analisados – pode ser explicado pelo argumento de Janssen e Kies (2004), que entendem o uso informal de justificativas na conversação online como mais próximo do tipo de conversação cotidiana e descompromissada travada pelos indivíduos diariamente, e mais distante da idealização de esfera pública deliberativa que abrigue discussões orientadas racional e factualmente.

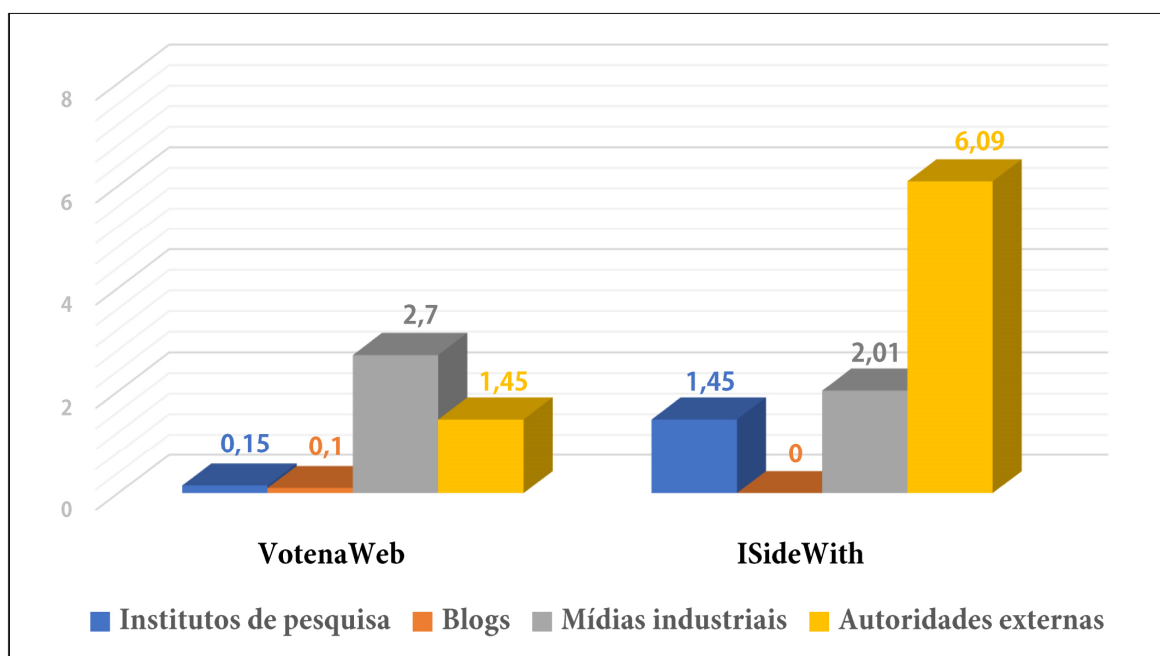
Os resultados encontrados por nossa pesquisa corroboram evidências empíricas de que a conversação online tende a ser fragmentada e superficial, em que pequenos pontos são apresentados e rapidamente discutidos, contrastando com a idealização de um cenário deliberativo em que uma longa cadeia expositiva de argumentos fosse proferida e devidamente apreciada pelos participantes (SAMPAIO; MAIA; MARQUES, 2010; KELLY; FISHER; SMITH, 2009; JENSEN, 2003). De todo modo, ressaltamos que a literatura especializada também reconhece que os comentários baseados em impressões e experiências pessoais podem desencadear um tipo de reflexividade argumentativa capaz de alterar os modos de percepção e entendimento dos participantes envolvidos na discussão (MENDONÇA; AMARAL, 2016). No entanto, sob o desenho da pesquisa, não foi possível apurar o aspecto predominante da justificativa para os posicionamentos subjacentes aos comentários analisados, aspecto que permanece aberto à exploração por investigações futuras.

Os resultados obtidos tendem a reforçar a posição dos céticos em relação às potencialidades de conversação política na internet (NORRIS, 2001). Eles consideram que as discussões online tendem a ser caóticas e de cunho individualista, e que as ferramentas digitais

encorajam comportamentos de meramente rechaçar o diálogo com quem discorda de suas opiniões.

Entre os comentários do portal estadunidense que citaram informações, observou-se a maior incidência de leis e dados oficiais (6,09% dos comentários), enquanto no portal brasileiro a maior incidência é de matérias jornalísticas e mídias industriais em geral (2,70% dos comentários), conforme indicado no Gráfico 2.

Gráfico 2. Classificação dos comentários publicados nos portais VotenaWeb (votenaweb.com.br) e ISideWith (isidewith.com) na categoria de informação



Fonte: elaboração própria

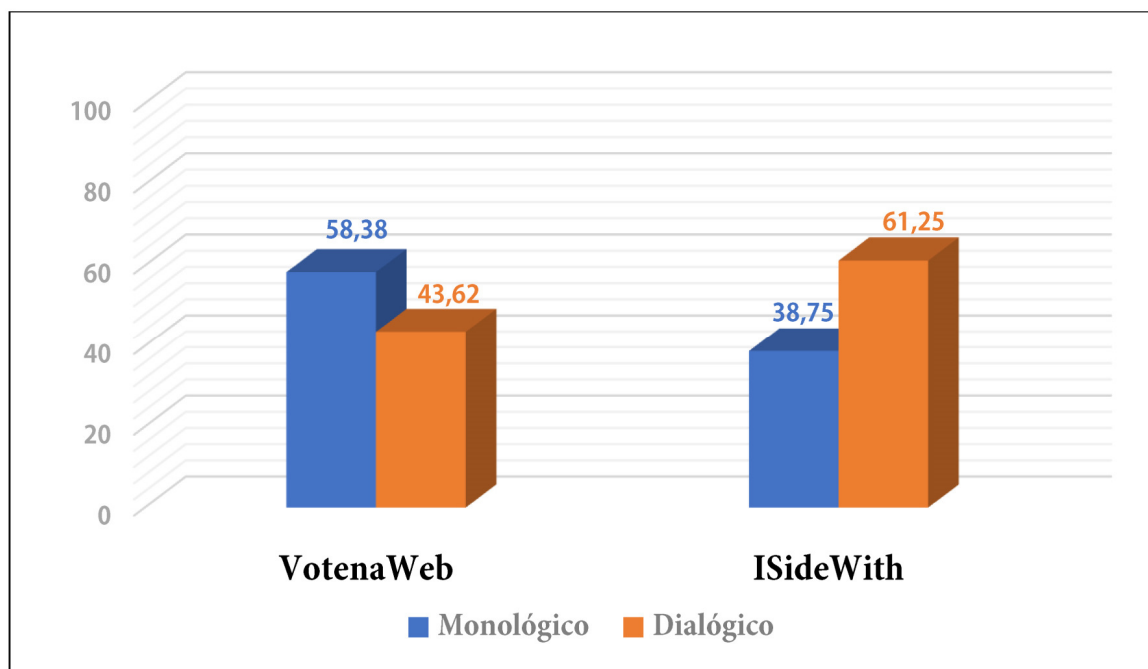
Este aspecto dos resultados pode ser interpretado à luz de perspectivas segundo as quais haveria uma troca mais intensa entre conhecimentos de âmbito geral e reflexões individuais nos Estados Unidos, em função da possível predominância, no imaginário nacional, de representações de papéis sociais que valorizam o engajamento cívico e a posse de informações sobre gestão pública. A disposição ao debate decorrente do engajamento democrático facilitaria a delimitação de interesses particulares diante de um tecido político constituído por outros interesses individuais, convenções sociais e princípios legais de ampla abrangência (SARTORI, 1969; SCHUDSON, 1999).

Em contraste, haveria na cultura política brasileira a indiferença em relação à possibilidade de o cidadão comum exercer controle e vigilância sobre a administração pública, em função de uma trajetória histórica particular na qual o governo seria visto como algo complexo demais para ser compreendido, e a corrupção nos negócios públicos seria motivo apenas para sentir vergonha de ser brasileiro e manter-se distante da política (CARVALHO, 1998; BAQUERO, 2012).

Esta consideração sobre distintas disposições ao debate democrático, decorrentes de culturas políticas nacionais singulares, compreendidas como sistemas de crenças que povoam imaginários sociais a respeito de expectativas e papéis sociais, também pode comparecer às explicações possíveis para os resultados nas categorias de reciprocidade, reflexividade e respeito.

Na categoria de reciprocidade, os dados indicam haver maior presença de comentários dialógicos no portal ISideWith (61,25% dos comentários), diante da predominância de comentários monológicos (56,38% do total) no portal VotenaWeb (Gráfico 3).

Gráfico 3. Classificação dos comentários publicados nos portais VotenaWeb (votena.com.br) e ISideWith (isidewith.com) na categoria de reciprocidade

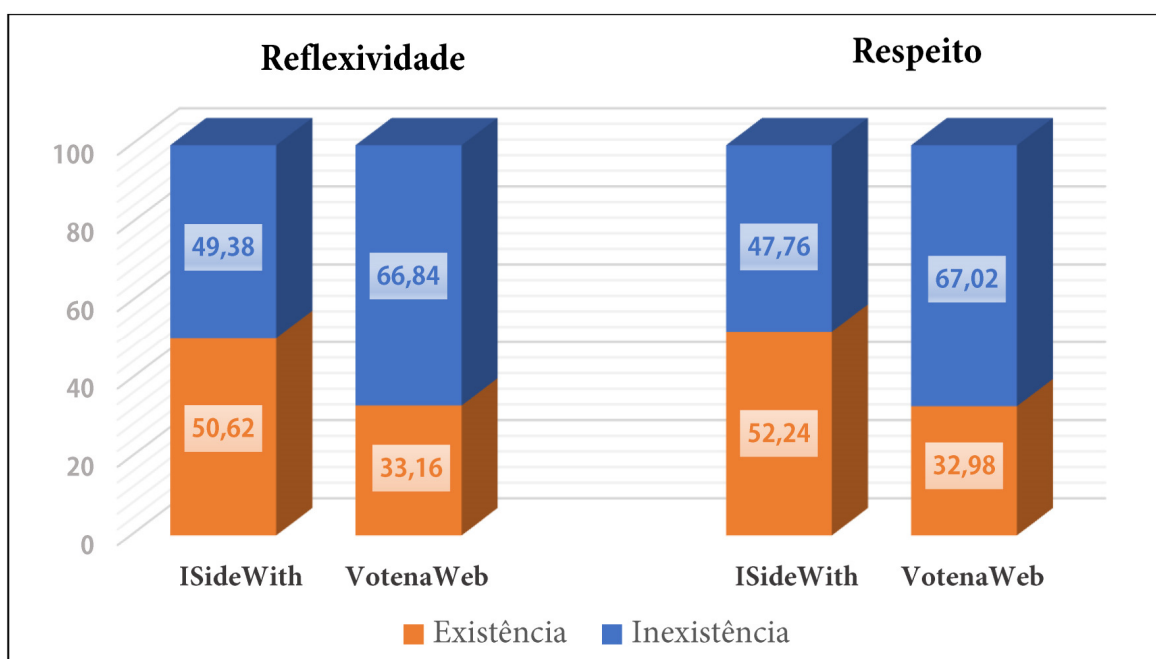


Fonte: elaboração própria

Os resultados representados pelo Gráfico 3 indicam que no portal estadunidense houve uma maior incidência de comentários que podem ter contribuído para a construção de um espaço de conversação reflexiva, no qual parece ter havido mais disposição ao debate, já que ali um número maior de comentários referiu-se explicitamente a outros comentários anteriores.

Este dado é ainda corroborado pela observação das condições em que os comentários foram referidos. Os resultados representados pelo Gráfico 4 sugerem que comentários anteriores foram referidos para a articulação de opiniões e com respeito de forma mais acentuada pelo portal estadunidense (categorias de reflexividade e respeito).

Gráfico 4. Classificação dos comentários publicados nos portais VotenaWeb (votenaweb.com.br) e ISideWith (isidewith.com) nas categorias de reflexividade e respeito



Fonte: elaboração própria

Apresentaram reflexividade 50,62% do total de comentários no ISideWith (33,16% no VotenaWeb), e respeito esteve presente em 52,24% do total de comentários no ISideWith (32,98% no VotenaWeb).

Os resultados indicam diferenças importantes no caráter deliberativo das conversações analisadas nos dois portais. Com mais frequência no portal estadunidense, os comentários

excederam o âmbito das manifestações isoladas de opinião e atingiram disposições que levaram em consideração pontos de vista opostos, além de terem manifestado características tidas como positivas em ambientes de conversação política online por autores conforme os quais o entendimento mútuo é mais provável quando existem tentativas de “falar ‘com’ alguém, em oposição ao ato de falar ‘para’ outro ou de falar ‘contra’ outros” (PRICE; CAPPELLA; NIR, 2002, p. 97).

A possibilidade de diálogo online reflexivo e respeitoso, encontrada em maior medida no portal ISideWith, tende a se aproximar, ainda que de maneira parcial, à concepção de Habermas (1997) sobre o ideal de conversação pública fundamentada na ação comunicativa orientada ao entendimento mútuo, cujo resultado não seja a simples acumulação de ideias subjetivas, mas manifeste um consenso, fruto de reflexão e cooperação entre os vários participantes.

Os resultados sugerem que uma matriz de cultura política nacional que atribuiria papéis de engajamento cívico aos cidadãos em geral pode ser tida como parte da explicação para um perfil distinto do portal ISideWith em relação ao VotenaWeb, qual seja, de mais disposição ao debate democrático no portal estadunidense, em tese visível na presença mais acentuada de comentários que citam fontes de informação e apresentam características de reciprocidade, reflexividade e respeito. Este traço do ISideWith contrasta com o VotenaWeb, que pode ter sido afetado pela existência de uma matriz de cultura política nacional na qual a disposição ao debate democrático teria sido fragilizada pelo escasso reconhecimento de identidades dos cidadãos como agentes de mudança política.

Conclusões

A literatura sobre conversação online focaliza-se especificamente em iniciativas singulares, em âmbito nacional, e raramente empreende análises comparativas internacionais. A contribuição desta pesquisa vem de seu desenho comparativo, que construiu um quadro descritivo e interpretativo da qualidade dos comentários publicados nos portais VotenaWeb

e ISideWith, verificando em que medida eles apresentaram semelhanças e diferenças relevantes.

O primeiro parâmetro estabelecido para caracterizar a qualidade da inserção dos comentários em ambos os portais foi aquele que identificou as justificativas que fundamentaram a expressão individual. A definição das opções de classificação dentro da categoria “justificação” privilegiou o entendimento de que a argumentação pode transitar dentro de uma escala que vai do dado mais íntimo e subjetivo para o dado mais externo e objetivo. Assim, os comentários poderiam ser baseados em impressões e experiências pessoais, serem sustentados por menções explícitas a valores morais ou citar fontes externas. A categorização dos comentários foi feita com base na ênfase aparentemente conferida pelo usuário a uma dessas opções de justificação, de modo que, mesmo naqueles casos em que um comentário comportasse mais de uma opção, sua classificação esteve subordinada ao aspecto argumentativo que consideramos predominante.

Os resultados indicaram que o uso de fontes externas, de maior credibilidade empírica, foi pouco utilizado tanto por usuários brasileiros quanto estadunidenses. A predominância de comentários que empregaram impressões e experiências pessoais para justificar opiniões pode indicar a existência de uma característica possivelmente onipresente em ambientes de conversação online da natureza dos portais analisados, que motivam a discussão sobre a atividade das instituições políticas formais. Os usuários privilegiaram o seu universo de experiência imediata como motivo suficiente para fundamentar seus comentários, conferindo menos atenção aos dados externos que estruturam a realidade concreta em que estão inseridos.

Esse dado sugere a persistência da desconfiança em relação à capacidade das plataformas digitais de conversação política online para incrementar a qualidade das discussões públicas, precisamente porque tendem a reproduzir fatores limitantes que caracterizam as conversas cotidianas e informais off-line – a despeito da farta disponibilidade e fácil acesso de informações online para sustentar opiniões, com frequência indicadas pela própria plataforma de conversação (links para estudos acadêmicos e matérias jornalísticas, no caso do ISideWith; links para informações do próprio Parlamento, no caso do VotenaWeb).

A literatura tem sugerido, no entanto, que relatos e narrativas também podem assumir um papel relevante como vetores de trocas comunicativas significativas. Nem sempre uma longa conversação é capaz de produzir um efeito tão potente quanto um relato biográfico que se mostre capaz de acionar uma reflexividade mais profunda e alterar avaliações e julgamentos sobre pontos de vista até então desconhecidos, aspecto que permanece em aberto para verificação empírica.

Apesar da predominância de comentários baseados em impressões e experiências pessoais em ambos os portais, notamos significativa preferência dos usuários do ISideWith, comparativamente maior que a verificada entre os usuários do VotenaWeb, por informações provenientes de institutos de pesquisa, governantes, especialistas, leis etc. Além disso, reciprocidade, reflexividade e respeito, características desejáveis à conversação online, foram mais exploradas no portal ISideWith do que no portal VotenaWeb. Os usuários estadunidenses deram mais ênfase à dimensão dialética presente em um cenário deliberativo, que demanda dos participantes um esforço permanente de consideração a pontos de vista discordantes, com indagações, respostas e contestações mútuas.

A existência de uma cultura política que incentivaria a participação dos cidadãos nos processos políticos pode, de certa maneira, explicar a maior disposição dos usuários do portal estadunidense para se engajar mutuamente em discussões dialógicas a respeito de questões que demandem escrutínio coletivo e para se esforçar na busca e apresentação de dados empíricos para justificar seus comentários. No entanto, ressaltamos que a centralidade da cultura política como chave explicativa sugerida para os resultados obtidos na pesquisa deve ser relativizada em razão de alternativas igualmente plausíveis de interpretação também poderem ser consideradas, tais como a análise do desenho dos portais, do perfil dos usuários e as especificidades conjunturais de cada sociedade. A respeito do desenho e da configuração dos portais, por exemplo, conforme destacam Mendonça e Amaral (2016, p. 427), “é de esperar que algumas plataformas sejam mais abertas e induzam o provimento de razões para posições advogadas, ao passo que outras são mais inóspitas à apresentação de justificativas”.

Cabe, finalmente, apreciar os limites da pesquisa aqui descrita e oferecer indicações para investigações futuras.

Há uma grande discrepância no volume de comentários coletados nos dois portais. Em função de sua menor dimensão, o portal IsideWith poderia ser tido como menos popularizado que o VotenaWeb, o que poderia sugerir a predominância, entre seus públicos, de pessoas com mais anos de instrução formal. Entretanto, como o perfil dos participantes não pôde ser coletado, não temos evidências do possível impacto dessas características, aspecto a ser abordado por outros desenhos de pesquisa.

Um dos aspectos que poderiam ser explorados viria da investigação de narrativas e sentidos de empatia em interações afetivas que também podem ser considerados indicadores importantes de pluralismo e disposição ao debate (MARQUES, 2011; MOUFFE, 1999). Devido às escolhas metodológicas que implicaram a inclusão de um elevado número de comentários para o corpus de análise, restringindo o número de categorias e, principalmente, as possibilidades de classificação nas categorias utilizadas, não foi possível desenvolver essa direção.

Utilizando metodologias apropriadas, outros estudos sobre a teoria e a prática da conversação online podem se valer dos resultados apresentados nesta pesquisa, bem como do tipo de interpretação oferecida a eles, para investigar aspectos que incluem: a lógica interna dos discursos produzidos nesses ambientes online, indicador diferenciado da qualidade dos argumentos; a relação existente entre os projetos de lei mais discutidos nos portais web e as razões específicas que teriam motivado a maior atenção despertada no público; as características de design dos portais, a fim de verificar se a presença de links para fontes externas motivou participações mais embasadas, e quais links foram mais eficazes nesse sentido, e se a abordagem genérica de temas legislativos, ao invés do enfoque em projetos específicos, foi mais eficaz para motivar discussões reflexivas; ou, ainda, o aprofundamento do quadro comparativo aqui apresentado, incluindo entrevistas com usuários a fim de conhecer suas reações ao debate (se relatam ter mais domínio do assunto após sua participação, e quais foram os estímulos encorajadores ou não ao engajamento político, tanto online quanto off-line, por exemplo).

Referências Bibliográficas

- ADAMS, J. *The works of John Adams, second President of the United States*. Boston: Little, Brown and Company, 1856.
- ADLER, R. P.; GOGGIN, J. What Do We Mean By “Civic Engagement”? *Journal of Transformative Education*, v. 3 n. 3, p. 236-253, 2005.
- ALMOND, G. A.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião pública*, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008.
- AYERBE, L. F. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Unesp, 2002.
- BAQUERO, Ma. Memória política e constituição da cultura política brasileira. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 48, n. 2, p. 84-92, 2012.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BOHMAN, J. The coming of age of deliberative democracy. *Journal of political philosophy*, v. 6, n. 4, p. 400-425, 1998.
- BOYLE, H. C. The pragmatic ends of popular politics. In: CALHOUN, C. J. (ed.) *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.
- CALHOUN, C. Introduction: Habermas and the public sphere. In: CALHOUN, C. J. *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.
- CAMPBELL, A. et al. *The American voter*. Chicago: University of Chicago Press, 1976.
- CARVALHO, J. M. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 38, 1998.
- COHEN, J. Deliberation and democratic legitimacy. In: BOHMAN, J.; REHG, W. (eds.). *Deliberative democracy: essays on reason and politics*. Cambridge, MA: MIT Press, 1997.
- DAHLBERG, L. Re-constructing digital democracy: An outline of four ‘positions’. *New media & society*, v. 13, n. 6, p. 855-872, 2011.
- DAHLGREN, P. The Internet, public spheres, and political communication: dispersion and deliberation. *Political Communication*, v. 22, n. 2, p. 147-162, 2005.
- DRYZEK, J. Democratization as deliberative capacity building. *Comparative political studies*, v. 42, n. 11, p. 1379-1402, 2008.
- FONSECA JÚNIOR, W. Análise de conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (orgs). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2009.

FRIEDLAND, L. et al. Capital, consumption, communication, and citizenship: the social positioning of taste and civic culture in the United States. *The annals of the American Academy*, n. 611, p. 31-50, 2007.

FUNG, A. Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências. In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004.

GOMES, W. Esfera pública política e media II. In: RUBIM, A.; BENTZ, I.; PINTO, M. (orgs.). *Práticas discursivas na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Unisinos, 1999. p. 203-231.

HABERMAS, J.: *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v. 2 Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

ISIDEWITH. *About*. Disponível em: <https://www.isidewith.com/about>. Acesso em: 15 jul. 2016.

JANSSEN, D. KIES, R. Online forums and deliberative democracy: hypotheses, variables and methodologies. In: *Conference Empirical Approaches to Deliberative Politics*. Florence: European University Institute, 2004.

JENSEN, J. L. Public spheres on the internet: anarchic or government-sponsored – a comparison. *Scandinavian Political Studies*, v. 26, n. 4, p. 349-374, 2003.

KELLNER, D. Habermas, the public sphere, and democracy. In: BOROS, D.; GLASS, J. M. (eds.) *Re-imagining public space: the Frankfurt School in the 21st century*. New York: Palgrave Macmillan, 2014. p. 19-43.

KELLY, J.; FISHER, D.; SMITH, M. Friends, foes, and fringe: norms and structure in political discussion networks. In: DAVIES, T.; GANGADHARAM, S. P. (orgs.). *Online deliberation: design, research, and practice*. Stanford: CSLI Publications, 2009. p. 83-94.

KRIPPENDORFF, K. *Content analysis: an introduction to its methodology*. London, New York: Sage, 2013.

LEWIS-BECK, M. S. et al. *The American voter revisited*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2008.

MAIA, R. C. M. A deliberação nos media: apontamentos conceituais. *Comunicação & Sociedade*, v. 30, n. 50, p. 81-101, 2008.

MAIA, R. C. M., REZENDE, T. A. S. Respect and disrespect in deliberation across the networked media environment: examining multiple paths of political talk. *J Comput-Mediat Comm*, n. 21, n. 2, p. 121-139, 2016.

MAIA, R. C. M.; ROSSINI, P. G. C. ; OIVEIRA, V. V. ; OLIVEIRA, A. G. Sobre a importância de se examinar diferentes ambientes online em estudos de Deliberação a partir de uma abordagem sistêmica. *Opinião Pública*, v. 21, p. 490-513, 2015.

MARQUES, A. C. S. Aspectos teórico-metodológicos do processo comunicativo de deliberação online. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 6, p. 19-40, 2011.

MARQUES, A. C. S.; MENDONÇA, R. F. A política como (des)construção de sujeitos: desencaixes e rearticulações identitárias em protestos multitudinários contemporâneos. *Galáxia*, n. 37, p. 41-54, 2018.

McLAUGHLIN, A. *A constitutional history of the United States. Safety Harbor*. FL: Simon Publications, 2001, v. 1.

MENDONÇA, R. F.; PEREIRA, M. A. Democracia digital e deliberação online: um estudo de caso sobre o VotenaWeb. In: *Anais do IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública*. Belo Horizonte, 2011.

MENDONÇA, R. F. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 66, p. 130-159, 2017.

MENDONÇA, R. F.; AMARAL, E. F. L. Racionalidade online: provimento de razões em discussões virtuais. *Opinião Pública*, v. 22, n. 2, p. 418-445, 2016.

MITOZO, I. B.; MASSUCHIN, M. G.; CARVALHO, F. C. Características do debate político-eleitoral no Facebook: Os comentários do público em posts jornalísticos nas eleições presidenciais de 2014. *Opinião Pública*, v. 23, n. 2, p. 459-484, 2017.

MOUFFE, C. Deliberative democracy or agonistic pluralism. *Social Research*, v. 66, n. 3, p. 745-758, 1999.

MORRIS, B. *Christian life and character of the civil institutions of the United States*. American Vision: Powder Springs, 2007.

NORRIS, P. *Digital divide: civic engagement, information poverty, and the internet worldwide*. New York: Cambridge University Press, 2001.

NORRIS, P. *Democratic deficit: critical citizens revisited*. New York: Cambridge University Press, 2011.

NUNES et al. A pesquisa qualitativa apoiada por softwares de análise de dados uma investigação a partir de exemplos. *Fronteiras – estudos midiáticos*, v. 19, n. 2, p. 233-244, 2017.

POLAT, R. K. The Internet and political participation: Exploring the Explanatory Links. *European Journal of Communication*, v. 20, n. 4, p. 435-459, 2005.

PRICE, V.; CAPPELLA, J.; NIR, L. Does disagreement contribute to more deliberative opinion? *Political Communication*, v. 19, n. 1, p. 95-112, 2002.

SAMPAIO, R. C.; BARROS, S. A. R. Deliberação no jornalismo online: um estudo dos comentários do Folha. com. *Intexto*, n. 23, p. 164-175, 2010.

SAMPAIO, R. C.; BARROS, S. A. R.; MORAIS, R. Como avaliar a deliberação online?: um mapeamento de critérios relevantes. *Opinião Pública*, v. 18, n. 2, p. 470-489, 2012.

SAMPAIO, R. C.; MAIA, R. C. M.; MARQUES, F. P. J. A. Participação e deliberação na internet: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2, p. 446-477, Nov. 2010.

SARTORI, G. Politics, ideology, and belief systems. *The American Political Science Review*, v. 63, n. 2, p. 398-411, 1969.

SCHUDSON, M. *The good citizen: a history of American civic life*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

SMITH, W.; BRASSETT, J. Deliberation and global governance: liberal, cosmopolitan, and critical perspectives. *Ethics & International Affairs*, v. 22, n. 1, p. 69-92, 2008.

STRANDBERG, K. Designing for democracy?: an experimental study comparing the outcomes of citizen discussions in online forums with those of online discussions in a forum designed according to deliberative principles. *European Political Science Review*, v. 7, n. 3, p. 451-474, 2015.

VOTENAWEB. *Sobre*. Disponível em: <http://www.votenaweb.com.br/sobre>. Acesso em: 22 out. 2015.

WITSCHGE, T. (2004). Online deliberation: possibilities of the internet for deliberative democracy. In: SHANE, P. (Ed.). *Democracy online: the prospects for political renewal through the internet*. New York: Routledge. p. 109-122.

WRIGHT, S.; STREET, J. Democracy, deliberation and design: the case of online discussion forums. *New Media & Society*, v. 9, n. 5, p. 849-869, 2007.

YOUNG, I. Communication and the other: beyond deliberative democracy. In: BENHABIB, S. (Ed.). *Democracy and difference*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

Agradecimentos e Observações

Agradecemos aos pareceristas anônimos deste periódico, que contribuíram para o aperfeiçoamento do texto. Eventuais insuficiências são de nossa única responsabilidade.

O estudo foi realizado com bolsa de mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp, Processo nº 2015 / 23669-9), a quem agradecemos. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da Fapesp.

Este artigo é uma versão revisada de trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Política do XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 5 a 8 de junho de 2018. Agradecemos aos integrantes do GT pelas fundamentais contribuições.

O autor

Danilo Rothberg é doutor em sociologia pela Unesp (Universidade Estadual Paulista) e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faac (Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação) da Unesp. E-mail: danilo.rothberg@unesp.br.

Pedro Berti é mestre e doutorando em Comunicação pela Faac / Unesp. E-mail: p_berti@hotmail.com